

CULTURA, TRABALHO E ALIMENTAÇÃO  
EM COMUNIDADES NEGRAS E QUILOMBOLAS DO PARANÁ

*CULTURE, LABOR AND FEED  
IN BLACK COMMUNITIES OF PARANÁ STATE*

*CULTURA, TRABAJO Y ALIMENTACIÓN  
EN COMUNIDADES NEGRAS DEL ESTADO DEL PARANÁ*

Maria do Socorro Gomes de Araújo  
Fotógrafa e Pesquisadora de Cultura Popular  
Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e Tecnologia  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia  
Av. Sete de Setembro, 3165 – 80230-901 – Curitiba - PR  
E-mail: msocorroga@ig.com.br

Domingos Leite Lima Filho  
Doutor em Educação  
Coordenador do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e Tecnologia  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia  
E-mail: domingos@utfpr.edu.br

**Resumo**

O trabalho trata de práticas de produção e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Estado do Paraná e é parte dos resultados de pesquisa realizada em 86 comunidades no período de 2004 a 2008 que teve como objetivo geral a identificação e caracterização da realidade socioeconômica e cultural destas comunidades. Investigou-se a vida social destas comunidades, buscando-se uma aproximação à sua história e contemporaneidade representadas nas práticas materiais e imateriais, resgatando processos e objetos de trabalho, religiosidade, educação, saúde, costumes, alimentos e culinária, em que se manifestam a ancestralidade dos saberes e fazeres dessas comunidades e sua influência na produção do conhecimento e da vida como práticas de identidade, resistência e afirmação étnico-cultural.

**Palavras-chave:** Comunidades Negras, Alimentação Quilombola, Afro-descendentes, Relações Étnico-Culturais.

**Abstract**

The paper analyzes the production and feeding practices in black communities of the State of Paraná (Brazil). Presents the results of research conducted in 86 communities in

the period 2004 to 2008 and aimed to the identification and characterization of the social, economic and cultural life of these communities. It was researched the history and daily life of communities, including labor processes and tools, religion, education, health, customs, food and cooking. It was found that the ancestry of knowledge and practices of these communities have influence on the production of knowledge and life as practices of identity, strength, and ethnic and cultural affirmation.

**Keywords:** Black Communities, Black Food, African Descendants, Ethnic and Cultural Relations.

### Resumen

El trabajo analiza las prácticas de producción y de alimentación en comunidades negras del Estado de Paraná (Brasil). Presenta los resultados de las investigaciones llevadas a cabo en 86 comunidades en el período 2004 a 2008 y tuvo como objetivo la identificación y caracterización de la vida social, económica y cultural de estas comunidades. Se investigó la historia y la vida cotidiana de las comunidades, incluidos los procesos y herramientas de trabajo, la religión, educación, salud, costumbres, alimentos y la cocina. Se encontró que la ascendencia ancestral de los conocimientos y prácticas de estas comunidades tienen influencia en la producción de conocimiento y de la vida como las prácticas de identidad, poder, resistencia y afirmación étnica y cultural.

**Palabras clave:** Comunidades Negras, Alimentación en Quilombos, Afrodescendientes, Relaciones Étnicas y Culturales.

### Introdução

O presente artigo analisa práticas de produção e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Estado do Paraná. Apresenta parte dos resultados de pesquisa que teve como objetivo geral a identificação e caracterização da realidade socioeconômica e cultural destas comunidades. O texto está estruturado em quatro tópicos, aos quais se seguem as considerações finais: no primeiro são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa da qual resultou o presente trabalho; no segundo tópico apresentamos as concepções de trabalho, cultura e alimentação que embasam as análises aqui apresentadas; o terceiro tópico é dedicado à contextualização histórica e social das comunidades negras remanescentes de quilombos no Estado do Paraná, *locus* da pesquisa, onde trazemos elementos de suas práticas materiais e imateriais, buscando resgatar processos nos quais se manifestam a ancestralidade dos saberes e fazeres dessas comunidades; por fim, o quarto tópico tem como foco a caracterização e análise da alimentação nas comunidades pesquisadas e sua

influência na produção do conhecimento e da vida como práticas de identidade, resistência e afirmação étnico-cultural.

### **Procedimentos metodológicos: estratégias de aproximação e abordagem do objeto de pesquisa**

Os trabalhos de pesquisa relatados no presente artigo, realizados nas comunidades negras e quilombolas do Estado do Paraná (Brasil), no período de 2004 a 2008, foram desenvolvidos mediante as atividades dos pesquisadores com a participação direta da comunidade, podendo-se configurá-los como do tipo pesquisa-ação. Constituem um conjunto de atividades qualitativas e quantitativas de natureza interpretativa, de fundo simultaneamente teórico, empírico e aplicativo, utilizando-se de análise documental, pesquisa bibliográfica, observação direta em campo, de entrevistas e outras formas de coleta de dados e de atividades participativas comunitárias, tais como reuniões, oficinas e outras.

Os trabalhos iniciaram com o delineamento dos referenciais teóricos e metodológicos que orientaram a equipe executora, constituída e coordenada fundamentalmente pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, contando com pesquisadores do PPGTE/UTFPR, e apoio de profissionais das Secretarias de Estado da Cultura, da Educação, de Assuntos Estratégicos e do Meio Ambiente do Estado do Paraná. Prosseguiram com a análise documental, na qual foram estudados as informações e documentos disponíveis sobre as comunidades que seriam pesquisadas, bem como a análise das políticas públicas existentes e relacionadas à temática das políticas de promoção de igualdade racial, buscando-se identificar suas concepções, diretrizes e procedimentos normativos para implementação. Na seqüência, foram desenvolvidos os trabalhos de campo, mediante coleta de dados, observações diretas e realização de reuniões nas comunidades. Os dados coletados foram decodificados e agrupados em categorias de acordo com a semelhança das falas, conforme o preconizado nas técnicas de análise de conteúdo, através da descrição das falas e interpretação dos discursos.

O levantamento, o estudo e a discussão coletiva da bibliografia pertinente à temática tiveram por objetivo a identificação, caracterização e apreensão por parte da equipe executora do projeto dos referenciais teóricos e metodológicos que norteiam as atividades. Tratamos de analisar coletivamente e produzir uma síntese de textos e

documentos que tratam das linhas gerais de conhecimento sobre as comunidades quilombolas e sua realidade no Brasil e, particularmente, no Paraná.

A análise documental teve por objetivo a identificação, caracterização e apreensão por parte da equipe executora do projeto dos termos relativos aos documentos que definem as comunidades quilombolas no Brasil e no Estado do Paraná e das Políticas Públicas Federais e Estaduais relativas à questão quilombola.

Com relação às atividades desenvolvidas em campo, nas comunidades quilombolas, é importante destacar a observação direta, realização de entrevistas com registros em vídeo, som e fotografias, participação em reuniões e em eventos da comunidade, com o objetivo de vivenciar o cotidiano, bem como de produzir um resgate de memória presentes e repassadas nas tradições de festas, danças, músicas e costumes, práticas de trabalho, culinária, nas práticas comunitárias e ancestrais de medicinas e saúde espiritual e física, na relação com o meio ambiente, nas tradições de religiosidade etc. A perspectiva adotada foi a de busca do contato com as pessoas da comunidade e suas lideranças, especialmente em torno de suas organizações quilombolas, como, por exemplo, as associações quilombolas, com vistas a discutir conhecer suas concepções e ações que envolviam os interesses gerais da comunidade para a identificação de suas características e de suas demandas pela implementação de políticas públicas.

### **Trabalho, Cultura e Alimentação: referências conceituais**

A perspectiva teórico-conceitual que orienta o presente trabalho parte da compreensão que trabalho e cultura são dimensões indissociáveis da sociabilidade humana. Nessa sociabilidade, a alimentação, compreendendo-a como um conjunto integrado de práticas e saberes diretamente relacionado à produção e reprodução da vida material e espiritual, configura-se como um importante eixo articulador.

Com efeito, a perspectiva de integração do trabalho e da cultura como dimensões fundamentais do ser social (LUKACS, 2004) implica considerar a não dissociação entre os processos de conhecimentos e saberes -ou seja, a produção intelectual ou espiritual da vida- e os processos produtivos -isto é, a produção material da vida (MARX, 1978). Embora nas sociedades contemporâneas, sob a hegemonia do capital, a dimensão do conhecer e a dimensão do produzir sejam consideradas

fragmentariamente, consideramos que estas duas esferas da sociabilidade são interdependentes. Isso tem a ver com a necessária distinção entre considerar o trabalho em sua dimensão ontológica, atividade mediadora entre o ser, os demais e o meio, pela qual se constroem as condições materiais e intelectuais da vida (perspectiva esta, adotada no presente trabalho), ou considerar o trabalho em sua dimensão reduzida e subordinada, reduzido à mercadoria força-de-trabalho mediante consumo em empregos ou trabalhos formais ou informais, ou simplesmente por mercadorização da força-de-trabalho em trabalhos específicos.

Ainda no que se refere à cultura é importante destacar que neste texto o conceito é entendido como o conjunto de símbolos, significados, crenças, valores, padrões éticos e estéticos, normas e costumes construídos historicamente por determinadas sociedades ou comunidades e que organizam sua produção e reprodução social. Nesse sentido, conforme assinala GEERTZ (1978, p. 64), “a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam”.

Portanto, a cultura, tal como o trabalho, é também compreendida como ontologia do ser social, pois “isso sugere não existir o que chamamos de natureza humana independente de cultura. [...] Sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens” (GEERTZ, 1978, p. 61).

Portanto, descartando concepções essencialistas de natureza humana e de cultura universal, o conceito aqui assumido nos leva a entender que a cultura nos modela enquanto espécie humana única, no entanto, simultaneamente, nos modela como comunidades específicas, posto que dotadas de sujeitos sociais que constroem sua historicidade. Tal consideração nos leva a compreender a pertinência deste conceito de cultura para a análise das comunidades quilombolas, considerando que os elementos múltiplos de sua historicidade lhe conferem tipicidade e especificidade cultural, em relação a outras culturas, por assim dizer, na formação social brasileira.

Nessa mesma perspectiva é que consideramos a conceituação de alimentação como eixo articulador da produção material e imaterial da vida. Portanto, faz sentido falar em comida como cultura (MONTANARI, 2008) ou em cultura alimentar:

O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças nos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois se constitui de atitudes, ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais, como espelho de uma época e que marcaram uma época. Dessa forma, uma comunidade pode manifestar na comida emoções, sistemas de pertinências, significados, relações sociais e sua identidade coletiva (SANTOS, 2011, p. 108).

A consideração integrada destas três categorias conceituais – trabalho, cultura e alimentação – orienta, portanto, o desenvolvimento do texto, no qual buscamos discutir a alimentação nas comunidades quilombolas pesquisadas, não como uma temática isolada e específica, mas sim como parte da história e memória social destas comunidades.

### **Comunidades negras remanescentes de quilombos no Estado do Paraná**

Dando continuidade à constituição dos referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa, buscamos analisar, mediante procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental, questões relacionadas à existência e caracterização das comunidades negras rurais tradicionais e remanescentes de quilombos no Brasil e, de modo particular, no Estado do Paraná. Concretamente, apresentamos aqui nossa síntese referente a três dessas questões: (i) o que entendemos por comunidades tradicionais no Brasil e, de modo geral, quem são elas? (ii) o que significa comunidades tradicionais quilombolas, qual a sua origem e suas características principais? (iii) existem comunidades quilombolas no Paraná? Quais são e onde estão?

O conhecimento superficial, muitas vezes com traços de discriminação étnica e sócio-cultural, costuma confundir comunidade tradicional como comunidade atrasada, primitiva, destituída de conhecimentos e outros adjetivos que atribuem características de negatividade ou de atraso a estas comunidades. De forma semelhante, o viés do senso comum costuma associar os termos quilombo e quilombola como uma mera referência a um passado histórico da colônia e que teve o seu fim com a libertação dos escravos e o esgotamento da monarquia. Assim, para muita gente os quilombos e os quilombolas seriam coisas do passado, algo que existiu isoladamente em alguns pontos do vasto

território nacional, e que nos dias de hoje não existem mais. Por fim, com relação à terceira questão, há também certo entendimento de que a presença de populações negras na região que hoje corresponde ao Estado do Paraná foi e segue sendo inexpressiva e muita gente pensa que jamais existiram quilombos no Estado do Paraná.

Quando se observa a realidade mais de perto é fácil constatar o quanto esses entendimentos são equivocados. Com certeza, existem razões e condições que levaram e levam a esses enganos e distorções. O conhecimento distorcido ou o desconhecimento não são frutos do acaso ou de uma condição natural. A falsa percepção da realidade resulta de um passado histórico, com fortes marcas ainda em nosso presente, de concepções sociais elitistas que visam manter sob condições de invisibilidade e de subalternidade estas comunidades ditas tradicionais, sua gente e suas práticas culturais ancestrais. É, portanto, como contribuição aos esforços de superação da invisibilidade e subalternidade produzidas por relações sociais das quais as comunidades tradicionais são vítimas, que trazemos ao público a presente publicação, com os textos e imagens que a acompanham.

No que se refere à primeira questão, assumiremos aqui o conceito adotado pela Proposta de Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais. Esta considera que “os povos e comunidades tradicionais são culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais; possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam o território e recursos naturais para sua reprodução social e econômica utilizando inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição” (BRASIL, 2007).

Na perspectiva dessa conceituação, são exemplos de povos ou comunidades tradicionais os povos indígenas, os quilombolas ou remanescentes de quilombos, os caiçaras, ciganos, ribeirinhos, pescadores artesanais, caboclos, sertanejos, caipiras, seringueiros, pantaneiros, quebradeiras-de-coco, jangadeiros, campeiros, marisqueiros, faxinalenses, dentre outros.

É importante destacar algumas características básicas destas comunidades tradicionais: (i) a auto-identificação e auto-reconhecimento; (ii) a interação face-a-face e o trabalho/atuação; (iii) a utilização em comum do território e dos recursos naturais do meio com base em conhecimentos e práticas geradas e transmitidas pela tradição, mediante formas próprias de organização.

Considerando estes referenciais, entendemos que os povos e comunidades tradicionais são populações que manejam recursos socialmente relevantes e que em suas práticas e tradições sócio-culturais e ambientais produzem e conservam parte significativa do patrimônio material e imaterial da nação.

Nessa perspectiva é que a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais definiu como objetivos prioritários as ações que procuram dar visibilidade às comunidades tradicionais, as incluir em políticas públicas e qualificar as ações do governo dirigidas ao atendimento destas populações (BRASIL, 2007).

Quanto à segunda questão referida anteriormente, consideramos que as comunidades quilombolas constituem historicamente um contingente importante das comunidades tradicionais existentes em nosso país. Hoje, conforme os registros da Fundação Palmares, existem cerca de três mil comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombos espalhados por todas as regiões e Estados da federação (FUNDAÇÃO PALMARES, 2006).

É importante destacar que o conceito de quilombo surge no Brasil colonial e atravessa a nossa história, designando os territórios onde se refugiavam e se organizavam negros africanos que se insurgiam contra a situação de escravidão instalada pela colonização portuguesa.

Por fim, quanto à terceira questão, que se refere à presença da população negra e remanescente de quilombos em território paranaense, é importante citar de início os dados do Censo Populacional (IBGE, 2000) que indicam a existência de 23% de negros no Estado do Paraná. Este percentual significativo, por si só, esclarece grande parte da questão, porém, mais que isso, nos alerta para o problema de fundo: como é possível produzir-se e manter-se em situação de quase “negação” de sua existência ou de invisibilidade um contingente tão expressivo da população?

No desenvolvimento de nossos trabalhos, a pesquisa apontou a existência de quase uma centena de comunidades negras rurais tradicionais no Paraná, localizadas em diversas regiões do Estado, litoral, regiões centrais, interioranas e de fronteira. Dentre elas podemos nomear as Comunidades Quilombolas de João Surá, Porto Velho, Córrego do Malaquias, Córrego das Moças, Córrego do Franco, Praia do Peixe, Sete Barras, São João, Três Canais, Estreitinho, Areia Branca, Varzeão, todas estas já auto-reconhecidas

e situadas na Região do Vale do Rio Ribeira, região de mais baixo IDH do Estado, conforme PNAD. Além destas, citamos as Comunidades Quilombolas de Invernada Paiol de Telha, Campina dos Morenos, Santa Cruz, Sutil, Serra do Apon, Limitão, Mamãs, Água Morna, Palmital dos Pretos e Sete Saltos, localizadas na região dos Campos Gerais e Faxinais (centro do Estado). No litoral, por enquanto, registramos a ocorrência das Comunidades de Rio Verde e Batuva. Por fim, as comunidades situadas nas regiões fronteiriças, especialmente do Paraguai e Argentina, como a Comunidade de Maria Adelaide, dentre outras.

É importante destacar que até bem pouco tempo (2002) tinha-se conhecimento de apenas duas comunidades quilombolas organizadas no Estado do Paraná (Paiol de Telha e Sutil) e indicações e dados imprecisos da existência de outras comunidades negras dispersas no Estado. Portanto, uma das grandes contribuições da pesquisa é a de dar visibilidade às comunidades efetivamente existentes e, em alguma medida, contribuir para a sua organização e acesso às políticas públicas. As comunidades até agora identificadas encontram-se distribuídas nas várias regiões do Estado do Paraná, conforme pode ser sintetizado na Tabela 1, a seguir:

**Tabela 1:** Comunidades negras quilombolas do Estado do Paraná – Dados Gerais

Municípios	23
Comunidades	86 (36 já certificadas pela Fundação Palmares)
Famílias	716
População	2.584

Fonte: Grupo de Trabalho Clovis Moura (2008)

De acordo com os referenciais conceituais adotados nesta pesquisa e pela contextualização histórico-social e étnico-cultural realizada, consideramos que estas comunidades são claramente identificadas como comunidades negras rurais quilombolas.

Pesquisas sobre a mineração no Brasil, que se relacionam à história do trabalho, indicam a existência na região do Rio da Ribeira e de seus afluentes, ainda em meados do século XVII, de empreendimentos de exploração de minas de ouro e,

posteriormente, outros metais preciosos (BRAGA, 1999; CUNHA, 2003; MORGENTAL et al., 1978).

De acordo com Braga (1999), o “ciclo do ouro” no Brasil inicia-se no Vale do Ribeira, onde foi instalada, por volta de 1635, na Vila do Iguape, a primeira casa de fundição da colônia, acompanhada de empreendimentos de exploração, de suprimentos e de transportes, dando impulso econômico e importância comercial estratégica à região.

Nestes empreendimentos, a força de trabalho era marcada predominante pela presença de negros escravos, trazidos para estas terras do hoje Estado do Paraná, parte dos quais se refugiou e se embrenhou na matas da região, por aí permanecendo, muito antes que a atividade mineradora se deslocasse com o seu grosso de capitais (inclusive os escravos) para a promissora Região das Gerais.

Justamente na região do Vale da Ribeira encontram-se ainda hoje muitas populações negras, nas cidades e no campo, em regiões remotas, remanescentes de quilombos e outras comunidades, que ao longo de três séculos foram, naquela região, se organizando, mantendo, renovando, produzindo e reproduzindo suas práticas culturais ancestrais.

É possível encontrar ainda nos dias atuais depoimentos de quilombolas que fazem referência a origem dessas comunidades do Vale do Ribeira, relacionando-as à resistência, fuga e organização de antigos escravos da mineração, conforme resgatado pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2010) no depoimento do Senhor Sebastião de Andrade, nascido em 1934, na Comunidade Quilombola de João Surá (PR):

Meus pertencentes tudo era escravo. [...] Agora minha avó era africana, era preta. Era escrava. Não. Minha avó ela era descendente daquelas escrava. Ela era liberta, de certo quando ela se conheceu certo já tinha tirado os escravo. Os pais dela os avô tudo era escravo. Era família cativoiro. [...] (Senhor Gregório Pereira da Silva 82 anos, Relatório Antropológico, p. 32, apud GRUPO DE TRABALHO CLOVIS MOURA, 2010, p. 64).

Outros depoimentos colhidos na mesma comunidade quilombola trazem a memória da importância da mineração de ouro na região, como podemos verificar na fala do Senhor Paulo de Andrade Filho acerca da exploração nas minas de Apiaí:

[...] Os antigos alguns vendiam, outros dizem – eu não posso dizer por que nunca achei – que enterravam. Lá no rio Iporanga eles tiraram setecentas toneladas de ouro. Daí que fundaram a cidadezinha de Registro. Eles documentavam para levar tudo para Portugal (Senhor Paulo de Andrade Filho, Relatório Antropológico, p. 21, apud GRUPO DE TRABALHO CLOVIS MOURA, 2010, p. 65).

Os trabalhos de pesquisa de campo realizados nas diversas comunidades acima indicadas permitiram caracterizá-las como territórios de resistência cultural e compreender que deles são remanescentes os grupos étnico-raciais que assim se identificam. São populações e comunidades dotadas de valores ancestrais, de saberes, de conhecimentos e de práticas culturais do cotidiano. A partir destes, constroem suas identidades, que vão das crendices aos tabus, dos modos de construir a casa à alimentação, das formas de entender e absorver a flora e a fauna, de expressar e repassar essas tradições ancestrais aos/entre os membros da comunidade.

Nas diversas reuniões, entrevistas e observações diretas realizadas na pesquisa buscamos identificar como se manifestam, como se constroem e o que se faz com estes saberes, conhecimentos e práticas ancestrais na vida cotidiana destas comunidades. Percebemos sua presença em múltiplos espaços, tais como: técnicas de trabalho (cultivo e conservação do solo, plantios, colheitas; produção de materiais para construção de casas, carpintaria, olaria, tapeçaria, cestaria; transporte e manuseio de materiais e produtos), cantos de trabalho, formas coletivas de trabalho, contos, lendas, brincadeiras e brinquedos, festas e religiosidade (músicas, danças, cantos, ritos, crenças e celebrações), culinária, preparo e conservação de alimentos, saúde (cuidados e preparo de remédios).

Por viverem dessa forma e cultivarem suas tradições, muitas vezes empurrados pela história, conservaram espaços que hoje são de grande interesse econômico, por isso mesmo são cada vez mais alvo frágil da barbárie do capitalismo que fica no entorno e busca se expandir invadindo áreas que estão historicamente ligadas a estas famílias há centenas de anos. Os que resistem ao avanço desse modelo econômico muitas vezes são tratados como atrasados por resistir de muitas formas ao avanço do capital sobre suas terras e formas de organização e produção da vida comunitária.

### **A alimentação nas Comunidades Quilombolas do Paraná**

Com o advento da globalização da economia e mundialização das culturas, passamos por transformações que afetam diretamente a produção material, mediante a incorporação do desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente no trabalho industrial, mas também na agricultura e pecuária mecanizadas, ou seja, na denominada agroindústria ou agronegócio. Contudo, tais transformações também afetam diretamente a organização da vida cotidiana e desagregam práticas, saberes, costumes e tradições do convívio familiar e comunitário.

Na cidade e no campo, cada vez mais o espaço/tempo do lar se distancia do espaço/tempo do trabalho. Nisso, muitas práticas e costumes sociais se perdem, como por exemplo, espaços/tempos das refeições familiares ou coletivas, rotineiramente momento de encontro entre os familiares ou pessoas da comunidade, que serve ou servia como uma espécie de palco para o fortalecimento das relações familiares e comunitárias.

No momento em que compartilhamos a alimentação em volta de uma mesa, além de alimentar-nos para satisfazer a necessidades biológicas, estamos compondo e recompondo nossa cultura. Pois os alimentos e a comida podem ser interpretados como sínteses ancestrais de técnicas, símbolos e significados, produção material e intelectual da vida, ou, como destaca Montanari (2008), sempre cultura, nunca apenas pura natureza:

A humanidade adotou como parte essencial de suas técnicas de sobrevivência os modos de produção, de preparação e de consumo dos alimentos, desde o conhecimento sobre as plantas comestíveis até o uso do fogo como principal artifício para transformar o alimento bruto em produto cultural, ou seja, em comida. A cozinha, assim, funda a própria civilização (MONTANARI, 2008, p. 10).

São estas tradições e costumes do cultivo, colheita, o e fruição familiar/coletiva/comunal dos alimentos que, ao longo da história, com os processos de urbanização e industrialização, passam a conviver com as práticas contemporâneas do “alimento pronto”, rápido e industrializado e com os novos hábitos de consumo que o acompanham.

Apesar das tecnologias utilizadas na manutenção desses alimentos, causando até mesmo a não harmonização de nosso organismo, em muitos espaços sociais o homem e a mulher ainda mantém as tradições regionalmente, embora, por vezes,

acrescidas de novas transformações e apropriações do que acontece ao seu redor, porém sem perder o caráter de preservação de valores alimentares, como também de seus conhecimentos seculares. Esse é o caso das comunidades tradicionais, mas não somente delas, já que mesmo na vida urbana ainda podemos encontrar famílias, bairros, enfim grupos e comunidades que preservam tradições alimentares. É verdade que isso está cada vez mais restrito a eventos, ao dia de domingo, aos aniversários de família, às festas do bairro etc.

A prática e a preservação dos costumes alimentares e de outras tradições ancestrais não são nem devem ser compreendidos somente como atos idílicos realizados pelas comunidades quilombolas como culto aos seus antepassados. Estas atividades constituem a própria forma das populações tradicionais garantirem a sua vida, a sua produção e reprodução social, de modo sustentável, já que o ambiente e a vida plena da terra que lhes pertence é a própria condição de sua existência, de sua sobrevivência e da continuidade da comunidade como território étnico-cultural possuidor de identidade própria.

O desafio para estas comunidades é o de superar o estigma social do qual são vítimas, de superar a condição de invisibilidade e de subalternidade historicamente produzidas e integrarem-se à vida social em condições de dignidade e cidadania, o que somente poderá ser plenamente alcançado se estiverem garantidas a preservação de seus territórios étnico-culturais, de suas práticas produtivas e alimentares, enfim, de sua ancestralidade.

A cozinha comunitária das populações quilombolas do Paraná, marcada pela presença dos antepassados africanos e também construída com uma unidade afrobrasileira, foi influenciada pelo contato com outras etnias, especialmente os indígenas, compondo os elos da formação social brasileira.

A culinária em volta das casas de farinha dos quilombolas paranaenses é construída por muitos membros da comunidade. Por exemplo, desde o momento em que se planta e se colhe a mandioca, até a sua transformação em farinha, muitas mãos ganham histórias e calos. O mesmo ocorre com os demais alimentos cultivados em volta dos engenhos e dos monjolos. E assim também com a pesca, a coleta de frutas etc.

A agricultura é orgânica e os animais domésticos são alimentados com mandioca, milho e abóbora colhidos na própria roça. Alguns alimentos podem ser

preservados por um longo tempo, naturalmente, fora de geladeiras. Mesmo com algumas famílias possuindo luz elétrica, não significa que possuem os meios de congelamento. Outras tantas famílias ainda são penalizadas pelo abandono do Estado, pela ineficácia ou pela ausência de políticas públicas que lhes garantam, dentre outras coisas básicas, sequer o acesso à energia elétrica. Apesar de tudo, as comunidades quilombolas sobrevivem com suas técnicas de conservação de alimentos, preservando, por meses, em condições adequadas ao consumo, a carne bovina ou suína.

A alimentação quilombola é composta por uma variedade de sabores e saberes ancestrais que vão além das necessidades biológicas. Está cercada por símbolos, significados e práticas de trabalho, mesclados e fundidos com ritos sociais, culturais e religiosos. Ela toca os cinco sentidos, assim como a memória. O alimento é fruto da terra e da natureza prene, arada, germinada, regada com a força e com o suor do trabalho humano coletivo, com a sabedoria dos antepassados, a permissão e proteção dos santos e divindades. O alimento chega pelo olfato, com seu cheiro, por onde já imaginamos o seu sabor. Podemos devorar com os olhos, salivando enquanto apreciamos visualmente a comida. Antecipamos sabores ao sentir no tato a maciez das frutas e dos demais alimentos. Alimentamos nossas lembranças com o cheiro da casa de farinha, com o ruído do engenho, o socar do pilão. Enfim, nos alimentamos por necessidades biológicas, mas a alimentação dá-nos o significado presente em memórias, ações, sonhos de nossa formação social e da história de nossa nação.

Nas comunidades quilombolas o alimento tem uma trajetória de cultivo ancestral. Muitos se juntam para plantar, fazendo uma festa de comemoração após o plantio. O mesmo ocorre após a colheita, em agradecimento às suas divindades e a seus antepassados pela boa safra. Se por um destempero da natureza, muitas vezes reagindo à própria ação do homem contra ela, a safra não vingar (seja por estiagem, geada ou outra razão) muitos dos membros das populações quilombolas, como pudemos presenciar em várias das comunidades paranaenses acima listadas, também se voltam para a ancestralidade na busca por acalmar a ira da natureza. Nesse sentido, Araújo (2008) resgata depoimentos e relatos colhidos em várias comunidades quilombolas do Paraná, dentre os quais destacamos o de Clarinda, líder da Comunidade Quilombola de João Surá:

A ocorrência de chuvas nas épocas apropriadas e a proteção contra tempestades é também motivo de muitos ritos e crenças. Na Comunidade

Quilombola João Surá, por exemplo, quando vão fazer mutirão e ameaça chover, reúnem os cachorros nas roças e oferecem uma refeição farta para que a tempestade vá embora. Clarinda disse que já fez pedido ao seu cachorro, prometendo dar comida a ele todo dia se o arroz germinasse e ele germinou (ARAÚJO, 2008, p. 166).

Por vezes, são erguidos mastros para que se façam louvações, benzedura de sementes para o plantio ou festas em agradecimento aos santos ou outra divindade de devoção que acreditam lhes haver proporcionado ou ajudado a boa safra dos ciclos agrários, segundo relatado por Araújo (2008) para oferendas a São João, conforme presenciado pela pesquisadora na Comunidade Quilombola Limitão, no Paraná. Estas festas, cuja característica é a mescla de religiosidade, trabalho e alimentação, constituem prática disseminada em muitas comunidades quilombolas:

As festas religiosas envolvem também outras comunidades vizinhas do Vale do Ribeira para saudar Santo Antônio, o Divino, para a Recomendação das Almas na Quaresma e para fazer a dança de São Gonçalo que em determinado momento mesclam catolicismo e raiz africana nas celebrações, são referências culturais importantes para a comunidade (GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. 2010, p. 66).

Durante a produção manufatureira de produtos do milho ou da mandioca, - seja usando a tecnologia do pilão ou usando as próprias mãos - nos monjolos, casas de farinha e nos engenhos, muitos membros da comunidade cantam trabalhando, rememorando com nostalgia coisas do passado e de seus antepassados.

A cozinha quilombola é um espaço de sociabilidade. Em geral, localizadas fora das casas, ali são repassados, de geração a geração, os saberes e sabores alimentares, por alguns acompanhados de canções. Cada canto desta cozinha está imerso de valores de afrobrasilidade.

Os fogões são de barro, artesanais, quase sempre à lenha. Fogões industrializados são coisa rara, pois o gás é caro e de difícil acesso. Além disso, nos dias frios os fogões a lenha são ótimos aquecedores, propiciando um ambiente acolhedor e de trocas, seja no trabalho coletivo para preparo dos alimentos, seja na troca de idéias, opiniões, saberes, planos para o dia seguinte, para o próximo plantio e safra, ou para o futuro, de modo geral.

Muitas das mesas, cadeiras, pias, colheres de pau, cuscuzeiras, pilão, mão de pilão, recipientes para organizar os alimentos ou mesmo para garantir a sua conservação

são feitos pelas mãos habilidosas dos artesãos ou artesãs. Aqui mais um momento de repasse do valor ancestral e do seu saber fazer, do mais velho ao mais novo, já que muitos destes objetos e utensílios da cozinha quilombola são verdadeiras obras de arte e representam por assim dizer, uma verdadeira arqueologia da técnica e do trabalho vivo.

É comum ver sobre os fogões varais onde quase sempre tem uma carne sendo defumada. Sonhos e memórias são mexidos e remexidos pela colher de pau e pelo gosto da vaca atolada, suã de porco, galinha ao molho pardo e tantas outras.

Sobre o fogão, na brasa que jamais se apaga por completo, permanece sempre uma chaleira com água quente, para o chimarrão ou o café. É comum ver a cuia de chimarrão passando de mão em mão, nas rodas comunitárias onde enquanto alguém traga a erva, outro vai fazendo o seu cigarro de palha, e outro vizinho segue fumando o seu velho cachimbo.

A cozinha vai de um lado ao outro da comunidade, pois tudo que falta em uma pode ser abastecida pelo vizinho; pratos, copos, colheres, garfos e facas podem ir e vir, de mão em mão, indo e vindo de uma cozinha a outra sem que o dono de origem se preocupe com seu destino pois, afinal, sabe que voltarão e tornarão a ir, neste contínuo compartilhar da vida das comunidades quilombolas. Assim também circulam os alimentos, e, junto com eles, os trabalhos, os saberes e a própria história.

Nos dias festivos a cozinha vai para o centro da comunidade, imensos fogões de barro e taipa são construídos e com ele e ao redor, do perfume dos sabores que deles exalam, muita alegria, animação e solidariedade.

Por fim, o contexto acima descrito e analisado é parte da realidade contraditória vivenciada nos dias atuais pelas comunidades quilombolas do Paraná e do Brasil. Hoje tão ameaçadas pelo avanço dos interesses do capital na cidade e no campo, estas comunidades sofrem com processos macroeconômicos de interesse do agronegócio e de formas dominantes de produção cultural que ameaçam a continuidade de suas práticas centenárias e da preservação e valorização de seus grupos étnicos.

### **Considerações Finais**

Na dinâmica de sua produção e reprodução social, as comunidades tradicionais, em particular as comunidades quilombolas, articulam trabalho e cultura

como dimensões indissociáveis da sociabilidade, ou seja, de sua produção material e imaterial, contexto no qual a alimentação exerce importante papel de coesão de práticas e saberes da vida comunitária e da preservação/renovação de seus símbolos e significados. Estas comunidades, segundo as condições naturais e sociais do entorno em que se localizam, reafirmam, dentro de um tempo necessário, mas fora do tempo como medida monetária, a ancestralidade que não se perdeu com o tempo e, ao reproduzi-la, reverenciam e revivem os seus antepassados.

Os grupos étnico-culturais, tais como as comunidades quilombolas, que possuem estreita relação com a natureza têm sua própria visão de mundo que se manifesta nas diferentes atividades produtivas assim como nas tradições, crenças e costumes que transmitem a seus descendentes por diversos meios (oralidade, objetos, práticas etc).

Nossa pesquisa evidenciou a importância de considerar a forma como estas comunidades percebem sua realidade e valorizam seus saberes como ponto de partida para a celebração de suas memórias históricas, como a luta incansável de permanência em sua terra, resistências culturais e símbolos contidos nessas configurações culturais, econômicas, sociais, religiosas e artísticas.

As condições historicamente enfrentadas pelas populações das comunidades negras tradicionais rurais do Brasil e, em particular do Estado do Paraná, denunciam uma reiterada situação de produção de invisibilidade, exploração e de violação dos direitos destas populações, submetidas à expropriação pela força do Capital e ausência do Estado. Este processo tem resultado em grilagem de terras das comunidades invadidas por posseiros e grandes empreendimentos do agronegócio e desestruturação sócio-econômica e cultural. Na realidade atual estas populações resistem e reivindicam o atendimento pleno de seus direitos, tais como: - direito à territorialidade, propriedade da terra; direito à proteção do meio ambiente e sustentabilidade; direito à moradia; direito à educação; direito à saúde; direito cultural; direito à alimentação; direito ao trabalho; direito à igualdade; direito de não ser discriminado; direito de assistência jurídica integral; direito à participação política e exercício da cidadania. Estas foram algumas das dimensões de conflitos e contradições identificadas na pesquisa, que se abatem sobre as comunidades tradicionais quilombolas em sua relação com a sociedade de consumo, industrial e científica.

Em síntese, a pesquisa realizada nas diversas comunidades quilombolas do Estado do Paraná possibilitou produzir uma aproximação à história e ao cotidiano destas populações. Revelou a importância das práticas e saberes ancestrais, como o cultivo dos alimentos e a alimentação comunitária, e sua potencialidade como elemento de coesão cultural para a produção e reprodução social destas comunidades, envolvidas em processos contraditórios, nos quais medeiam a resistência e a convivência das práticas tradicionais e da realidade das populações rurais com o avanço dos processos de urbanização e industrialização, inclusive do campo. Permitiu, ainda, identificar processos de desestruturação sócio-econômica e étnico-cultural que vêm se abatendo historicamente sobre essas comunidades, contra os quais as comunidades quilombolas buscam se organizar resistir na perspectiva da garantia de direitos e da luta pela reparação social como parte da luta pela garantia da qualidade de vida autônoma, sustentável e comunitária que valorize e preserve suas tradições, saberes, práticas da identidade étnico-cultural afro-brasileira.

#### **Referências Bibliográficas:**

ARAÚJO, Socorro. **Tradição e cultura: cozinha quilombola do Paraná**. SEED-PR, Curitiba, 2008.

BRAGA, R. 1999. Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira, **Geografia AGETEO**. Vol. 24 N.º 3, Dezembro 1999, pp 43-68. Rio Claro.

BRASIL. 1988. **Constituição Federal de 1988**. Brasília.

BRASIL. 2003. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Brasília.

BRASIL. 2007. **Documento Base para a III CONSEA-2007**. Disponível em <[www.planalto.gov.br/CONSEA](http://www.planalto.gov.br/CONSEA)>, acesso em 09.03.2007.

CUNHA, F. G. 2003. **Contaminação Humana e Ambiental por Chumbo no Vale do Ribeira, nos Estados de SP e PR / BR**. Tese doutorado, UNICAMP, Campinas, 111p.

FUNDAÇÃO PALMARES. 2006. **Relatório das Comunidades Quilombolas no Brasil**. Brasília.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar Editoras, 1978.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. 2010. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010**. Curitiba. GTCM, 2010.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. 2008. **Relatório Sobre as Comunidades Quilombolas do Paraná. Brasil**. Curitiba.

IBGE. 2000. **Censo Demográfico**. Brasília.

LUKÁCS, György. **Ontología del ser social: el trabajo**. Buenos Aires, Herramienta, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**, L. 1, v. 1, São Paulo, Difel, 1978.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo, Editora Senac, 2008.

MORGENTAL et. al. **Pesquisa de ouro no Vale do Ribeira: atuação da CPRM**. In: SBG, Simpósio Regional de Geologia, 3, Curitiba, 1981. Atas: 56-70.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. **HISTÓRIA: Questões & Debates**. Curitiba, n. 54, jan/jun. 2011, Ed. UFPR, pp. 103-124.

Recebido para publicação em agosto de 2012

Aprovado para publicação em setembro de 2012